



Revista Katálysis

ISSN: 1414-4980

kataly@cse.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Brasil

Serra Junior, Gentil Cutrim; Leitão Nunes Rocha, Lourdes de Maria
A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais
Revista Katálysis, vol. 16, núm. 2, julio-diciembre, 2013, pp. 205-213

Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179629354006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais

Gentil Cutrim Serra Junior

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais

Resumo: Este artigo apresenta subsídios para o debate sobre as potencialidades de articulação dos movimentos sociais ao uso dos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade. Parte da investigação sobre a dinamicidade das contradições existentes no conjunto das relações sociais para introduzir a discussão a respeito das possibilidades democráticas que poderão surgir com os novos recursos informáticos. Analisa o papel das novas tecnologias da informação e comunicação em relação à articulação externa dos movimentos sociais. O objetivo é mostrar que a atribuição de um poder mobilizador às novas ferramentas informacionais (*Facebook, Twitter* etc.) pode obscurecer as determinações das relações sociais existentes nas ações e manifestações populares.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Redes sociais. Novas tecnologias da informação e comunicação.

The Internet and New Articulations of Social Movements

Abstract: This article presents supports for the debate about the potential for the articulation of social movements through the use of the technical resources available today. It begins with an investigation of the dynamic nature of the existing contradictions in social relations and introduces a discussion about the democratic possibilities that new computer resources can create. It analyzes the role of new information and communication technologies in relation to the external organization of social movements. The objective is to show that the attribution of a mobilizing power to the new information tools (*Facebook, Twitter* etc.) can hide the determinations of the existing social relations in popular actions and demonstrations.

Keywords: Social movements. Social networks. New information technologies and communication.

Recebido em 15.03.2013. Aprovado em 11.07.2013.

R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 205-213, jul./dez. 2013

Introdução

Nos últimos três anos, no atual contexto da crise capitalista, muitas manifestações populares têm sido organizadas na luta contra antigos regimes ditatoriais e em protesto ao alto índice de desemprego e rebaixamento dos salários (*Primavera Árabe* no Oriente Médio e Norte da África, *Os Indignados* na Europa e *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, por exemplo). Recentemente, milhões de pessoas foram às ruas no Brasil em decorrência de uma situação social degradada, tendo como estopim a luta contra o aumento das tarifas de transporte público. Nessas ações coletivas, as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) ganharam destaque no processo de mobilização de militantes, a exemplo das ferramentas *YouTube*, *Twitter* e *Facebook*, que foram amplamente utilizadas pelos manifestantes desses movimentos¹.

Os esforços para compreender e analisar tais manifestações e suas repercussões remetem ao instigante e polêmico debate sobre ações coletivas, movimentos sociais² e suas expressões na atualidade. Desde 2008, o aprofundamento da crise capitalista acentuou os processos de desenvolvimento desigual, a exploração e dominação, a concentração dos capitais, a destruição do meio ambiente e as mudanças na estrutura ocupacional. Diante de tal conjuntura econômica e política mundial, presenciamos formas de resistência expressas nas lutas sociais, que assumem diferentes formas, objetivos e amplitude.

Em decorrência dessa movimentação social, configurada por novos arranjos interativos, têm surgido várias questões para análise, dentre as quais ressaltamos uma: as novas tecnologias da informação e comunicação são hoje o principal instrumento de mobilização das classes subalternas para efetivar lutas sociais contra a dominação e a exploração? A partir dessa questão e acreditando poder contribuir para os recentes debates em torno das novas estratégias adotadas pelos movimentos sociais, ante a proliferação do uso de recursos tecnológicos, apresentamos no decorrer deste texto uma breve análise a respeito do papel dessas tecnologias nos processos de articulação dos sujeitos de manifestações sociais. Inicialmente, tecemos considerações sobre as possibilidades democráticas que podem surgir com os novos recursos informáticos. Em seguida, analisamos o papel ferramental das NTICs nas ações dos movimentos sociais, considerando os interesses cruzados por eles defendidos através de processos de articulação externa, para, então, na última seção, apresentarmos as considerações finais sobre esta pesquisa³.

As ágoras informacionais: a ilusão de um coletivo transparente e consensual

Na grande malha de usuários interligados pela Internet, as novas formas de interações sociais que surgem a partir da utilização de dispositivos sem fio (*notebooks*, *smartphones* etc.) criam novas possibilidades econômicas e políticas na formação de espaços envolvendo aqueles que ocupam pontos nodais dessa rede, ou seja: os usuários e fornecedores de serviços *on-line*. Essas interações permitem a difusão irrestrita de informações em formato multimodal, em que os recursos de mídia integram código, texto, som e imagem. Desta forma, é difícil impedir que qualquer pessoa ou instituição crie novos *sites*, portais e soluções computacionais. Há um potencial muito maior em relação a outros tipos de mídia, como a televisão analógica e os jornais impressos.

Para alguns autores, esse novo meio interativo possibilita ampliação de ganhos financeiros através da redução de custos de comunicação, gerenciamento a distância, criação de novas mercadorias, redução do quadro de pessoal de empresas, aumento das vendas *on-line*⁴ etc. Contudo, para os “trabalhadores de escritório”⁵, não há avanços significativos nas condições de trabalho com a utilização dos novos recursos de informática e comunicação, de maneira que “nem os salários, nem a ocupação, nem as condições de vida crescem com a informatização” (KATZ; COGGIOLA, 1995, p. 88).

Nessa linha, a introdução da informática no processo capitalista de produção tem assinalado uma inversão entre o sujeito da produção e os instrumentos de trabalho, ou seja, a conversão do trabalho vivo em mero mediador das máquinas (BRAGA, 2003). Outros autores têm uma perspectiva mais otimista em relação ao uso dessas tecnologias nos processos de transformação da sociedade, no contexto de uma suposta “revolução tecnológica” (CASTELLS, 1999), que “poria em ação uma civilidade acompanhada por computador” (LÉVY, 2011, p. 69), onde o ser humano seria libertado da escravidão do trabalho (DE MASI, 1999). Entretanto, as melhorias tecnológicas que vão surgindo são acompanhadas de precarização das relações de trabalho (ALVES, 1999). Além disso, “a criação de postos de trabalho míngua porque a tecnologia é usada para substituir mão de obra por automação” (CASTELLS, 2010, p. VIII), através de um moderno processo de expropriação do *savoir-faire*. “Com isso, no lugar de ‘liberar’ tempo para os trabalhadores, o resultado é demissão em massa, expulsão da força de trabalho do mercado formal de produção” (MONTAÑO, 2007, p. 176-177).

Oliveira (2009, p. 131) apresenta uma análise do processo de informatização do setor de teleatendimento no Brasil, descrevendo como se dá o processo de gerenciamento dentro do quadro hierarquizado dos operários

desse setor. A partir de algumas entrevistas com trabalhadores da empresa Atento, a autora ressalta que “questões como direito de ir ao banheiro, um intervalo digno para os lanches e refeições, [...] aparecem nas avaliações feitas pelos teleoperadores como necessidades para a melhoria das condições gerais de trabalho”.

No Brasil, em 2013, não foram as mensagens postadas na Internet que convenceram milhões de manifestantes a saírem às ruas. Foram as péssimas condições do transporte urbano, as filas dos hospitais, a falta de professores nas escolas públicas etc.

Por outro lado, o que dizer das possibilidades democráticas que poderão surgir com o fazer coletivo? A postagem das opiniões diversas, garantida pela liberdade de expressão na Internet, aparenta dar condições para uma democracia participativa que diminuiria as desigualdades sociais e tornaria mais transparentes as informações dos agentes públicos, como benefício da interatividade *on-line*. Inclusive, nessa grande rede digital, um flagrante pode ser postado em tempo real por meio de um *smartphone* e visualizado imediatamente por qualquer internauta. O *upload* de um vídeo, foto ou documento, que revela uma denúncia, é um recurso às mãos de qualquer pessoa que possua um aparelho portátil conectado à Internet, a exemplo dos conteúdos postados no site *WikiLeaks*, que ficou conhecido por publicar, em 2010, milhares de documentos estadunidenses sobre as guerras do Iraque e Afeganistão. Deslumbrado por essas possibilidades, Shetty (2011, p. 13), secretário-geral da Anistia Internacional, afirma que “vivemos uma época fascinante para a Anistia Internacional e para outros ativistas de direitos humanos que vislumbram as múltiplas possibilidades oferecidas pela tecnologia para revelar a verdade e trazer à tona debates que estejam livres da censura estatal”.

O filósofo Lévy (2011, p. 66) considera a Internet como um possível espaço “de uma nova forma de democracia direta em grande escala”, onde grandes coletividades poderão interagir em tempo real. Ele afirma ainda que: “Uma vez que as ágoras virtuais poderiam abrir espaços de comunicação, de negociação, de surgimento de uma fala coletiva e de decisão em tempo real, existem cada vez menos argumentos ‘técnicos’ para perpetuar o despotismo fragmentado que constitui a delegação” (LÉVY, 2011, p. 78). Contrapondo-se a esse fetichismo tecnológico, Alves (1999, p. 175) pensa a Internet como “a mídia, ou o meio de circulação da ‘imensa coleção de mercadorias’, que caracteriza riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista.”

No Brasil, por exemplo, poderemos encontrar muitas iniciativas de empresas e governos que apresentam o ciberespaço como sendo um espaço coletivo consensual, em que a mudança social passa pelas interações virtuais. No Rio Grande do Sul, o governo estadual implantou em 2011 o *Gabinete Virtual*⁶ como um “canal direto de diálogo e colaboração com a sociedade a partir do uso das ferramentas digitais”.

O governo de Sergipe disponibilizou também serviços dessa natureza no portal *E-Sergipe*. A prefeitura de Canoas, no Rio Grande do Sul, implementou, em 2011, o portal *Ágora Virtual Canoas*⁷, que permite a milhares de pessoas cadastradas conversarem via *chat* com o prefeito, subprefeitos e secretários a respeito dos problemas da cidade. Também no mesmo ano, a empresa Lung lançou, a partir de experiências de um projeto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), o portal *PortoAlegre.cc*. Esse portal utiliza o conceito de *wikicidade*⁸ para criar uma plataforma digital onde o usuário cadastrado pode navegar por um mapa representativo da cidade de Porto Alegre e então postar demandas a respeito de um problema localizado em um determinado ponto do mapa. Em palestra, Daniel Bittencourt (2012, grifo nosso), criador do *PortoAlegre.cc*, afirma:

O mais interessante desse processo é que, diferentemente das estruturas hierárquicas, sejam elas de mercado, sejam elas governamentais, a gente escolhe o presidente, a gente escolhe o deputado, a gente escolhe o senador. Existe uma outorga de poder. Nessas estruturas horizontais, eu e o prefeito de Canoas, ou o de Porto Alegre, ou um secretário de estado ou o governador de estado temos o mesmo *status* [...]. Eles e a senhora que vende pipoca na Redenção têm o mesmo *status*. [...]. Essa senhora conhece a realidade como poucos e sabe quais são as dificuldades que enfrenta [...]. Então, o bacana da plataforma é que ela permite que essas ideias sejam levantadas, sejam mapeadas de maneira inteligente.

Entretanto, pensar a sociedade como um conjunto de indivíduos com opiniões diversas, interligados por redes digitais, formando uma “inteligência coletiva consensual” (LÉVY, 2011), é uma forma equivocada de abstração das profundas divisões sociais geradas pela sociedade capitalista. É necessário considerar as contradições

dessa sociedade, pois implicam interesses antagônicos de classes sociais. Até porque, nas relações estabelecidas na sociedade capitalista, a interatividade das pessoas, por meio dos recursos midiáticos, sofre controle patronal, policial e ideológico. Carece de uma verdadeira liberdade de expressão, pois “não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar sob qualquer circunstância. Há, portanto, regras de interdição quanto ao emissor, ao receptor, à mensagem, seu tempo e seu lugar” (CHAUI, 1997, p. 147).

É bem verdade que a ausência de um controle central da Internet – pelo menos por enquanto – apresenta-nos novas perspectivas para um aprofundamento das práticas democráticas. Contudo, essencialmente, é apenas um signo da possibilidade democrática e não a efetividade democrática. Devemos entender que a apropriação das tecnologias pela classe dominante ocorre no formato dos serviços implementados pelos servidores de aplicações e conteúdos, nas dimensões estrutural, econômica, política e ideológica. Como prova deste fato, temos a prisão, em 2010, do australiano Julian Assange, fundador do site *WikiLeaks*, e a censura, em 2012, aos dois principais serviços de *microblogs* chineses, *Sina Weibo* e *Tencent QQ* (PÉKIN, 2012, tradução nossa).

Em 2011, o governo egípcio, na tentativa de desmobilizar grandes protestos, ordenou que os provedores de Internet desligassem as rotas de BGP⁹ do país, desconectando 20 milhões de usuários em todo o Egito. “Para garantir a eficácia da ação, as operadoras também foram obrigadas a ‘desligar’ as linhas telefônicas de mais de 55 milhões de pessoas” (ALVES, 2011, p. 23). Contudo, para a organização dos protestos, os manifestantes utilizaram outros meios disponíveis: panfletos impressos, rádios, além de outras formas de comunicação dadas pelas relações da vida cotidiana.

Se a Internet foi concebida inicialmente “sem que as grandes corporações percebessem a sua importância” (PRETTO; SILVEIRA, 2008, p. 35), hoje, essa grande rede “já é controlada em vários países, que se utilizam de filtros para censurar, seja usando palavras-chave para bloquear mensagens ou manipulando resultados de buscas, eliminando deles o que é considerado ameaça” (NABUCO, 2012, p. 42). Costa (2013, p. 23) afirma que “temos agora a evidência do monitoramento da telefonia e da Internet”, referindo-se às revelações de Edward Snowden, ex-agente da CIA¹⁰, a respeito das interceptações de conteúdos de conversas de usuários da Internet, pelo programa de computador PRISM da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos.

Atualmente, são os algoritmos criados pelas grandes empresas de *software* que definem o conteúdo que será exibido na tela do computador. “Antes, ao se seguir alguém no *Facebook*, tinha-se acesso a tudo o que era postado. Agora, a rede social mostra ou esconde postagens segundo seus próprios critérios” (COSTA, 2013, p. 24). Além disso, novas legislações, como a *Anti-Counterfeiting Trade Agreement* (ACTA)¹¹, que pretende regulamentar e controlar o uso de conteúdos das mídias digitais, estão em curso de implantação, de forma que a Internet poderá ser recriada a partir de uma nova arquitetura que permita um completo controle de conteúdo por parte de governos e empresas capitalistas.

É necessário, ainda, considerar que a sociedade da informação é uma sociedade de classes, em que “o ciberspaço não existe descolado do mundo material e que a infraestrutura lógica e física da maioria das redes está sob o controle das mesmas pessoas e empresas que sempre controlaram o capital” (SOARES, 2007, p. 70). Eis a razão por que a classe dominante rouba a fala da massa dos não competentes¹² e ideologicamente coloca o espaço virtual criado pelas redes computacionais como algo a que todos têm acesso, em que todos os cidadãos, interligados, coexistem harmonicamente, sob a promessa ilusória de uma sociedade transparente e consensual (CHAUI, 1997).

O papel dos serviços de Internet nas recentes ações coletivas

A relevância das novas tecnologias da informação e comunicação na aglutinação de manifestantes em torno de objetivos comuns assumiu espaço importante nos discursos e reflexões de políticos, jornalistas e cientistas a partir de 2011. Com base nos recentes protestos ocorridos no Brasil em 2013, muitos tentam identificar o papel dos recursos computacionais utilizados na mobilização de milhões de pessoas. Será que ferramentas como *Facebook* e *Twitter*, que surgiram por volta do ano 2005, estariam revolucionando a maneira de organização da nossa sociedade?

Segundo alguns canais da imprensa (LEDUC, 2012; MOVIMENTO, 2011), as revoltas no início do ano 2011 no Egito teriam sido deflagradas via Internet pelo *Movimento 6 de abril*¹³, que usou o *Facebook* e o *Twitter* no processo de mobilização de parte da população egípcia para lutar contra o regime do presidente Hosni Mubarak.

Contudo, antes dessas novas tecnologias sociais, em 2000, quando o mundo possuía apenas 5% da população com acesso à Internet, a população de alguns países da América Latina protestava contra os efeitos do Consenso de Washington. Por exemplo, em janeiro de 2000, a completa dolarização da economia equatoriana provocou um grave levante popular que terminou 15 dias depois com a queda do presidente. Ainda no ano

2000, o governo boliviano privatizou a água potável na região de Cochabamba. Neste caso, a resposta popular foi dada em forma de rebeliões comandadas por movimentos sociais, onde a pressão popular obrigou a desprivatização da água. Em 2001, manifestantes argentinos, na luta contra os efeitos dos experimentos do neoliberalismo, organizaram o Panelaço que derrubou três presidentes em duas semanas.

Mesmo antes da criação da Internet, em 1992, países como Brasil, México, Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia foram palcos de manifestações populares. No México, destacam-se os zapatistas com ações coletivas no meio rural. “Na Bolívia, os movimentos de populações pobres de origem indígena foram os predominantes, como dos Aymaras, além de inúmeros movimentos e protestos de trabalhadores das minas” (GOHN, 2006, p. 222). No Peru, entre as décadas de 1970 e 1990, os guerrilheiros do Sendero Luminoso tiveram papel importante na luta contra os efeitos do sistema capitalista naquele país. Além disso, tivemos a grande mobilização e a força dos movimentos sociais que lutaram contra regimes militares entre as décadas de 1960 e 1980, no Brasil, na Argentina, no Chile etc. A história está permeada de conflito de classes.

Fica evidente que revoltas como as do mundo árabe, em 2011, não foram provocadas pela Internet, mas, sim, pelos “mais arcaicos entre os problemas enfrentados pela humanidade: a fome e a pobreza. A maioria dos árabes nunca teve acesso à Internet, ao *Facebook*” (ARBEX JÚNIOR, 2011, p. 8).

As manifestações, nos últimos anos, de milhões de trabalhadores desempregados na Zona do Euro mostram que as reivindicações são bastante materiais e não tão virtuais, como divulgam as agências de notícias. No Brasil, em 2013, não foram as mensagens postadas na Internet que convenceram milhões de manifestantes a saírem às ruas. Foram as péssimas condições do transporte urbano, as filas dos hospitais, a falta de professores nas escolas públicas etc.

Diferentemente dos discursos dos ideólogos do ciberativismo, onde os internautas são convidados a criar seu próprio movimento, num estilo da política “faça-você-mesmo a sua revolução” (TONON, 2012) em defesa de ideais globais e causas pessoais¹⁴, é necessário compreender que não se encontra na luta travada nos circuitos digitais a força que irá libertar a humanidade do trabalho alienado, da opressão e da miséria (ARBEX JÚNIOR, 2011).

Colocar a ação colaborativa da sociedade em torno da mobilização de recursos para a solução de problemáticas difusas não despertará o espírito de superação necessário a uma nova organização social. Portanto, é nas ruas, no mundo real, que a classe trabalhadora deverá posicionar-se para reivindicar mudanças na estrutura do atual sistema de dominação, podendo, obviamente, ser mobilizada com o uso de quaisquer meios de comunicação disponíveis.

É verdade que as novas tecnologias da informação e comunicação, desenvolvidas no sistema capitalista, poderão ser empregadas para produzir recursos para fins emancipatórios. Entretanto, essa possibilidade não se concretizará de forma idealista, mas, sim, através da luta de classes. Portanto, não podemos perder de vista que:

[...] as novas tecnologias, especialmente a Internet e as rádios comunitárias, são um elemento facilitador na difusão das narrativas e ideários em construção pelos sujeitos, nós das redes, mas geralmente não são o único ou principal elemento mobilizador na geração de uma rede de movimento social, o que é referenciado por representante do MST em pesquisa realizada por Orrico Rocha (2004): o MST reconhece que a Internet é uma ferramenta de luta importante para os movimentos sociais da atualidade, e destaca que ela permite um rompimento com o olhar da mídia tradicional que enxerga no movimento uma negação da ordem legal da sociedade; por outro lado, os sem-terra não acreditam que a Internet seja ‘principal’ ou ‘única’ forma de ação dos movimentos sociais deste início de século XXI. Para eles, a força de um movimento social continua sendo a sua capacidade de organização e mobilização (SCHERER-WARREN, 2008, p. 513-514).

Considerando as oportunidades que poderão surgir com a utilização dessas novas tecnologias no processo de mobilização das lutas populares, novas estratégias poderão ser formatadas na tentativa de explorar os novos meios de comunicação. Com a massificação da comunicação, através do uso dos dispositivos móveis, o “princípio da articulação externa” (GOHN, 2006, p. 257) poderá ser apropriado pelos movimentos por meio daquilo que Scherer-Warren (2006) chama de Redes de Movimentos Sociais (RMS). Não estamos nos referindo, neste caso, às redes sociais do tipo *Facebook*, mas a uma estratégia que possibilita a articulação de problemáticas que transcendem as questões principais tratadas pelos movimentos.

“A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113). Afinal, o potencial antissistêmico de um movimento social encontra-se na sua capacidade de articulação com outros movimentos. Por exemplo: “A Via Campesina tornou-se um elo relevante na rede de movimentos sociais rurais em vários continentes na luta antissistêmica frente ao modelo do agronegócio” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 509).

No Brasil, durante os protestos em 2013, a falta de novos métodos de articulação dos movimentos sociais, diante de uma organização de manifestantes que se declarava independente de partidos políticos e sindicatos, permitiu que a direita reacionária disputasse a hegemonia política do movimento nas ruas. Razão pela qual se torna urgente uma nova lógica associativa que permita a diversidade de movimentos sociais no formato de redes, onde a centralização do comando da luta dê lugar a uma estrutura em malha, a partir das múltiplas interações com outros movimentos.

As RMS possuem uma forma onde os nós têm o mesmo nível de importância entre si e múltiplas possibilidades de interações, criando um potencial de democratização no âmbito das relações sociais e políticas. Assim, um eventual enfraquecimento ou eliminação de um ponto nodal dessa rede não afeta significativamente a estrutura entre os movimentos que a compõem. Portanto, esse novo tipo de arranjo social atende às exigências do atual momento histórico onde os interesses dos movimentos sociais são cada vez mais cruzados e diversos, a exemplo de questões relacionadas com educação pública, condições de trabalho, utilização dos recursos naturais, diferenças de gênero, violência etc. (SCHERER-WARREN, 2006).

Conclusão

A mundialização, a crise do capital, o surgimento das NTICs e suas consequências têm imposto desafios aos movimentos sociais, com destaque para suas formas e processos organizativos, estratégias e táticas adotadas. Nesse contexto, este artigo busca demonstrar as determinações existentes nas manifestações populares ocorridas nos últimos anos, em diferentes países.

Argumentamos que até mesmo as possibilidades democráticas que surgiram, a partir do uso massivo dos dispositivos portáteis na construção de uma suposta inteligência coletiva participativa, são ameaçadas pela estrutura capitalista que tenta controlar ideologicamente as redes digitais por meio do mesmo arsenal utilizado nas mídias tradicionais.

Constatamos que as mudanças produzidas pela sociedade da informação não eliminaram as bases estruturais que a sustenta: a sociedade capitalista. Consequentemente, a luta de classes não foi substituída ou acabou.

Finalmente, fica claro, por meio da história das lutas populares, que os movimentos sociais não dependem da Internet para organizarem-se contra qualquer tipo de exploração. Não são as ferramentas computacionais a força propulsora de transformações políticas antissistêmicas, ainda que o papel das redes digitais na mobilização dos recentes protestos sociais não possa ser considerado como irrelevante. Portanto, é exigida a construção de respostas dos movimentos sociais às atuais formas de dominação e exploração capitalista.

Desse modo, considerando-se os inúmeros interesses cruzados dos movimentos sociais, novas estratégias poderão ser formatadas na tentativa de explorar esses recursos tecnológicos, por meio do princípio da articulação externa (GOHN, 2006) na formação de Redes de Movimentos Sociais (SCHERER-WARREN, 2006). Nesta perspectiva, entendemos, como um dos grandes desafios do tempo presente, a consolidação dessas redes de movimentos como espaços de construção/redefinição de utopias, de práxis coletiva e de política transnacional contra-hegemônica, de respeito às diversidades e à intervenção anticapitalista.

Referências

- ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital*: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis, 1999.
- ALVES, V. H. A chave que desliga a Internet. *Revista.br.*, São Paulo: Comitê Gestor da Internet, ano 3, n. 4, p. 22-23, dez. 2011.
- ARBEX JÚNIOR, J. Lulismo fora do eixo: os defensores da política “pós-rancor” combinam a “mais perniciosa prática reacionária com um discurso aparentemente libertário”. *Revista Caros Amigos*, São Paulo: Editora Casa Amarela, ano XV, n. 173, p. 8, 2011.
- BITTENCOURT, D. A nova economia colaborativa. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE SOFTWARE LIVRE, 13, 2012. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação Software Livre Brasil, jul. 2012.
- BORGES, T. Redes sociais foram o combustível para as revoluções no mundo árabe. Segundo estudo, manifestantes disseminaram e fortaleceram revoltas via Twitter e Facebook. *Opera Mundi*, 4 jan. 2012. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revolucoes+no+mundo+arabe.shtml>>. Acesso em: 8 mar. 2012.
- BRAGA, R. *A nostalgia do fordismo*: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*: a era da informação, economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (v. I).
- _____. *A sociedade em rede*: a era da informação, economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

- CHAUI, M. de S. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997.
- COSTA, A. L. Os olhos do grande irmão. *Carta Capital*, São Paulo: Confiança, ano XVIII, n. 753, p. 22-27, jun. 2013.
- DE MASI, D. *Desenvolvimento sem trabalho*. Tradução de Eugênia Deheinselin. São Paulo: Esfera, 1999.
- GOHN, M. da G. *Teorias dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- HUWS, U. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 37-58. (Coleção Mundo do Trabalho).
- IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Venda *online* no Brasil: uma análise do perfil dos usuários e da oferta pelo setor de comércio. *Comunicados do IPEA*, Brasília, DF, n. 95, jun. 2011.
- KATZ, C.; COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1995.
- LEDUC, S. Le “mouvement du 6 avril”, agitateur de la toile égyptienne. *France 24*, Issy-les-Moulineaux, fev. 2012. Disponível em: <www.france24.com/fr/20110126-mouvement-six-avril-mobilisation-jeunesse-egyptienne-toile-manifestation-egypte-moubarak-le-caire-ouvriers-coton>. Acesso em: 7 abr. 2012.
- LÉVY, P. *A inteligência coletiva*: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2011.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social*: crítica ao padrão emergente da intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.
- MOVIMENTO antiMubarak teve início na internet. *Folha de São Paulo*, São Paulo: Grupo Folha, jan. 2011. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mundo/867363-movimento-antimubarak-teve-inicio-na-internet.shtml>. Acesso em: 4 abr. 2012.
- NABUCO, A. Hackerativismo: a guerra instalada no mundo virtual. *Revista Caros Amigos*, São Paulo: Editora Casa Amarela, ano XVI, n. 184, p. 39-43, jul. 2012.
- OLIVEIRA, S. M. Os trabalhadores das Centrais de Teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 113-135. (Coleção Mundo do Trabalho).
- FAO-Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *Quase 870 milhões de pessoas no mundo estão subnutridas – Novo relatório sobre a fome*. Brasília, DF, out. 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org/q870mpmesnrsf.asp>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- PÉKIN durcit encore un peu plus la censure d'internet en chine. *Le Monde.fr*, Paris, mar. 2012. Disponível em: <www.lemonde.fr/asia-pacifique/article/2012/03/31/pekin-durcit-encore-un-peu-plus-la-censure-d-internet-en-chine_1678564_3216.html>. Acesso em: 3 abr. 2012.
- PRETTO, N. D. L.; SILVEIRA, S. A. da (Org.). *Além das redes de colaboração*: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: Edufba, 2008.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília: UnB, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- _____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cad. CRH*, Salvador: UFBA, v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300007>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- SHETTY, S. Ativistas usam novas ferramentas para desafiar a repressão. In: ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe anual 2011*. [S.I.], jun. 2011. Disponível em: <anistia.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- SOARES, D. de Q. *A reestruturação produtiva e as políticas públicas de inclusão digital no Brasil hoje: o caso Proinfor*. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2007.
- TONON, R. Faça sua revolução na internet. *Revista Galileu*, São Paul: Globo, fev. 2012. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI291100-17773,00-FACA+SUA+REVOLUCAO+NA+INTERNET.html>>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- WIKICIDADE. [S.I.], 2012. Disponível em: <<http://lung.com.br/wikicidade>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

Notas

- 1 “Na Tunísia, ponto de partida da série de revoltas [durante o movimento conhecido como *Primavera Árabe*], o número de usuários cadastrados no *Facebook* aumentou consideravelmente em um período de apenas dois meses: 200 mil novos cadastrados entre novembro de 2010 e janeiro de 2011” (BORGES, 2012).
- 2 Segundo Gohn (2011, p. 335), movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na

atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a Internet.”

- 3 O autor Gentil Cutrim Serra Junior agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio a esta pesquisa através do Processo BEX 1546/11-2.
- 4 De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), o número de varejistas on-line passou de 1,3 mil em 2003 para 4,8 mil em 2008, um crescimento de 269%. A receita obtida passou de R\$ 2,4 bilhões em 2003 para R\$ 5,9 bilhões em 2008, um aumento de 145% (IPEA, 2011, p. 10).
- 5 Termo utilizado pela pesquisadora Huws (2009, p. 46) para designar o trabalhador assalariado que “gera um acréscimo ao produto na forma de conhecimento, muito parecido com a contribuição de habilidade do trabalhador artesão do passado. Sua existência, enquanto uma tarefa não manual separada, é meramente o reflexo de um aumento na divisão do trabalho. Trabalhadores nessas categorias, pode-se argumentar, contribuem diretamente para a criação de mais-valia na medida em que o produto de seu trabalho é apropriado por seu empregador.”
- 6 Disponível em: <www.gabinetdigital.rs.gov.br>.
- 7 Disponível em: <www.agoravirtualcanoas.com.br>.
- 8 Segundo o site da empresa Lung (disponível em: <lung.com.br/wikicidade>), “uma wikicidade é uma plataforma digital que encoraja a participação e a colaboração dos cidadãos e cria um ambiente aberto para a troca de ideias, sugestões e reivindicações. A wikicidade está baseada em um conceito chamado Inteligência Social, que envolve a construção de ações colaborativas e também uma forte conexão com as principais redes sociais. A partir disso, é possível engajar todos os setores locais e proporcionar a construção de projetos transformadores para a cidade” (WIKICIDADE, 2012).
- 9 BGP (Border Gateway Protocol) é uma espécie de lista de código de endereçamento postal (CEP) do mundo digital, que indica o trajeto que as informações têm de percorrer para chegarem aos provedores. Este protocolo de roteamento dinâmico permite que os provedores do mundo todo troquem informações entre si e indiquem qual é a melhor rota para as informações serem enviadas e recebidas.
- 10 CIA é a sigla de Central Intelligence Agency, instituição pública dos Estados Unidos responsável por investigar e fornecer informações de segurança nacional para o governo daquele país.
- 11 ACTA é um tratado global que visa normatizar a proteção de direitos autorais e propriedade intelectual entre os países participantes, ou seja, criar determinados padrões internacionais para combater bens falsificados e a pirataria virtual. Além disso, seu objetivo inclui penas para quem for acusado de contrabando on-line, como restrições ao acesso à Internet, por exemplo. Uma dessas implementações prevê que o acordo transforme servidores de Internet em vigilantes da rede. Basicamente, eles serão obrigados a fornecer dados privados de usuários suspeitos para as indústrias detentoras de direitos autorais.
- 12 Neste caso, “a noção de competência tem a função precisa de marcar a desigualdade numa esfera que não é mais aquela tradicional da ideologia burguesa (a desigualdade natural das capacidades e talentos), mas uma outra, produzida pela sociedade planificada e organizada: a desigualdade entre os detentores do saber e os despossuídos” (CHAUI, 1997, p. 148).
- 13 O *Movimento 6 de abril* é considerado o principal grupo de manifestantes, organizado virtualmente contra as políticas presidenciais no Egito, nos anos 2010 e 2011 (LEDUC, 2012, tradução nossa).
- 14 Nos sites de *crowdfunding* (financiamento coletivo), a exemplo do *IndieGoGo* e o *Catarse.me*, é possível encontrar pedidos de dinheiro para turbinar os seios com silicone, gravar músicas, comprar ônibus, produzir filmes etc.

Gentil Cutrim Serra Junior

gentil.cutrim@gmail.com

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Professor adjunto do Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha

lourdesleitaorocha@yahoo.com.br

Doutora em Políticas Públicas pela UFMA

Professora adjunta no Departamento de Serviço Social da UFMA

IFMA – Departamento Acadêmico de Informática

Avenida Getúlio Vargas, 4

Monte Castelo

São Luís – Maranhão – Brasil

CEP: 65010-000

UFMA – Centro de Ciências Sociais, Departamento de Serviço Social
Avenida dos Portugueses
Campus Universitário do Bacanga
Bacanga
São Luís – Maranhão – Brasil
CEP: 65085-530